

ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL FRENTE À SÍNDROME DE DOWN: A CAMINHO DA INCLUSÃO E DA APRENDIZAGEM

Ilana Souto Medeiros • Graduada em Letras Língua Francesa e Literaturas.
Graduada em Pedagogia (UnP). Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional.
Universidade Potiguar. E-mail: ilanasouto@hotmail.com

Nancy Capretz Batista da Silva • Tutora TCC - EAD / Anhanguera Educacional
S. A. Psicóloga. Mestre e Doutora em Educação Especial pela UFSCar. Doutorado
sanduíche na RMIT-Melbourne/Victoria/Austrália. E-mail: nancy.silva@aedu.com

Envio em: Junho de 2013

Acceite em: Julho de 2013

RESUMO: Este artigo tem por objetivo fornecer a professores e à sociedade de um modo geral maior esclarecimento a respeito das potencialidades dos indivíduos com síndrome de Down. Procura-se mostrar que, mesmo com limitações cognitivas, essas pessoas são capazes de se desenvolver junto àquelas que não têm esta condição. Como alternativa para um melhor aprendizado, o assunto principal será abordado com base no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Aprendizagem. Inclusão. Zona de desenvolvimento proximal.

ZONE OF PROXIMAL DEVELOPMENT FACED BY DOWN'S SYNDROME: THE WAY OF INCLUSION AND LEARNING

ABSTRACT: This article aims to provide teachers and society in general greater clarification regarding the potential of individuals with Down's syndrome. It will be shown that even with cognitive limitations; these people are able to develop with those who do not have the condition. As a better alternative for learning, the main topic will be based on the concept of Vygotsky's zone of proximal development.

Keywords: Down's syndrome; learning; inclusion; zone of proximal development.

INTRODUÇÃO

A pesquisa é desenvolvida no contexto educacional, especificamente na área da Educação Inclusiva, por ter como principal objeto de estudo o aluno com síndrome de Down. Visa estudar o processo de aprendizagem desse aluno baseado no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal¹ de Vygotsky.

Parte-se da ideia de que, sendo a aprendizagem um processo mediador, cabe ao professor não apenas o domínio dos conteúdos a serem ensinados, mas, sobretudo, que ele conheça individualmente seu aluno para ser capaz de direcionar suas estratégias para aquilo que ainda não foi assimilado. Pretende-se demonstrar que, através da aquisição e compreensão do conceito de ZDP, o professor é capaz de oferecer ao aluno com síndrome de Down uma aprendizagem mais qualitativa, amenizando as limitações cognitivas desse indivíduo existentes devido a sua condição biológica.

Nesse propósito, a pesquisa inicia-se com um panorama da educação inclusiva no Brasil, perpassa pelo estudo da síndrome de Down, comenta brevemente a atuação do professor de um aluno especial e culmina na análise do conceito de ZDP de Vygotsky, mostrando sua relevância no que se refere ao processo de aprendizagem do aluno com a citada síndrome.

O enfoque metodológico será o hermenêutico, buscando-se no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky elementos que demonstrem melhores resultados no que diz respeito à aprendizagem do sujeito em estudo.

A escolha do tema foi motivada não só pela sua atualidade, mas também pela relevância de seus objetivos. Ciente da má qualidade do ensino brasileiro e das dificuldades de aprendizagem do indivíduo com síndrome de Down, destaca-se a importância de inseri-lo em classes regulares, além de lhe oferecer a real possibilidade de um ensino que lhe garanta uma aprendizagem mais significativa.

Espera-se, ao final, contribuir para o debate em torno do tema da Educação Inclusiva, demonstrando os aspectos positivos que farão diferença na vida do sujeito com síndrome de Down em nível acadêmico e social.

1. BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA

O tema da Educação Inclusiva vem ganhando maior destaque e provocado maiores discussões no contexto escolar e, também, na sociedade. O Ministério da Educação e Cultura – MEC, em entrevista para a revista “Mundo da inclusão” de abril de 2013, forneceu dados que apontam para o crescimento do número de estudantes com deficiência matriculados em escolas regulares: em 2003, foram inscritos 145.141 (cento e quarenta e cinco mil cento e quarenta e um) alunos em classes da Educação Básica. Em 2011, esse número passou para 558.423 (quinhentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e vinte e três), o que registra um crescimento correspondente a 285% (duzentos e oitenta e cinco por cento).

Isso nos mostra que os responsáveis por indivíduos com necessidades especiais estão cada vez mais preocupados em inserir e garantir o acesso de seus familiares em ambientes educacionais inclusivos.

No entanto, à medida que cresce o número de matrículas de pessoas com deficiência nas escolas regulares, cresce também a preocupação em relação à educação oferecida às mesmas. Em 2004, a UNESCO constatou a baixa qualidade do ensino brasileiro: no Índice de Desenvolvimento de Educação de 127 (cento e vinte e sete) países, o Brasil assumiu apenas a 72ª posição (CARNEIRO, 2011).

No mesmo ano, um levantamento feito pelo MEC/Inep apontou que, para suprir a falta de profissionais em turmas do segundo ciclo do Ensino Fundamental, seria preciso um número de 254.000 (duzentos e cinquenta e quatro mil) professores (CARNEIRO, 2011).

Apesar desses e de outros problemas, o Brasil tem se mostrado solidário à Educação Inclusiva. O país é signatário da Convenção da Guatemala (2001), que tem como um de seus objetivos a prevenção e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e sua plena integração na sociedade.

Além da assinatura desse documento, a preocupação com a inclusão já se fazia presente na própria Constituição Federal (1988) do país, ao prever que a educação é direito de todos e dever do Estado e que, para as pessoas com deficiência, a educação será efetivada através de atendimento educacional especializado, preferencialmente no ensino regular (Art. 205; Art. 206, inc. II).

Nessa mesma perspectiva, merece destaque o artigo 246 do Código Penal brasileiro. O indivíduo com deficiência deve estar matriculado na rede de ensino no período que abrange a escolaridade obrigatória. Caso contrário, os pais ou responsáveis por esse indivíduo estarão cometendo crime de abandono intelectual previsto no artigo citado anteriormente.

No entanto, sabe-se que, na prática, essas normas geralmente não são cumpridas. Nesse contexto, o ânimo existente em relação ao número crescente de matrículas de pessoas com deficiência logo se perde diante do baixo nível do ensino oferecido às mesmas. Há uma notória discrepância entre quantidade e qualidade.

Nesse sentido, Glat e Blanco (2009, p. 17) enfatizam que “[...] a Educação Inclusiva não se resume à matrícula do aluno com deficiência na turma comum ou à sua presença na escola”. De fato, é bastante contraditória a escola que usa o termo “inclusivo” quando, preocupando-se apenas com a quantidade de alunos com deficiência matriculados, exclui de sua prática aquilo que realmente deveria ser inclusivo: a preocupação da qualidade do ensino oferecido a essas pessoas.

Ressaltam-se, nesse ponto, as palavras de Mittler (2003, p. 24), ao dizer que “as escolas e o sistema educacional não funcionam de modo isolado. O que acontece nas escolas é um reflexo da sociedade em que elas funcionam”.

As palavras do autor explicam a razão pela qual o Brasil anda a passos lentos em relação à Educação Inclusiva. Antes de realizar qualquer tentativa de mudança e avanço no sistema educacional, o país precisa passar por uma reciclagem em nível sociopolítico, o que requer muito tempo.

Espera-se que o Brasil inspire-se e siga o modelo de outros países que são considerados referência no que diz respeito ao tema da inclusão na escola como, por exemplo, a Espanha, a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, os Países Escandinavos e o Canadá. Em nenhum desses países, no entanto, a mudança foi feita subitamente. No caso da Espanha, considerada como o país que, possivelmente, conseguiu em menor espaço de tempo solidificar políticas inclusivas no âmbito educacional, o processo levou quinze anos (CARNEIRO, 2011).

■ 2. SÍNDROME DE DOWN: ASPECTOS CIENTÍFICOS, EDUCACIONAIS E SOCIAIS

Devido à falta de informação por grande parte da sociedade, os indivíduos com síndrome de Down, muitas vezes, são vistos como pessoas incapazes de se desenvolver intelectualmente e, se capazes, devem fazê-lo longe de grupos “normais”, separados daqueles que não têm a síndrome.

Por essa razão, é necessário oferecer o maior número possível de informações para que as pessoas adquiram mais esclarecimento, a fim de dissipar todos os tipos de preconceito existentes.

A síndrome de Down, também conhecida como *trisomia 21*, é uma alteração genética que dá ao indivíduo certas características diferentes do padrão considerado normal no

que diz respeito à aparência, problemas funcionais como doenças cardíacas congênitas, além de níveis variados de inteligência (PUESCHEL, 2012).

Em meados dos anos 1920, a expectativa de vida dessas pessoas girava em torno de 8 (oito) a 9 (nove) anos, em decorrência de problemas cardíacos ou de doenças infecciosas. Na década de 80, graças aos constantes avanços da medicina, essa expectativa aumentou para 30 (trinta) anos de vida e, atualmente, está em 55 (cinquenta e cinco) anos, havendo relatos de pessoas que já ultrapassaram essa média (CENDOROGLO NETO, 2013).

Antes da descoberta dessa alteração no cromossomo 21, graças aos progressos científicos em meados dos anos 1950, alguns relatórios mais antigos atribuíam à síndrome de Down causas como o alcoolismo, a sífilis, a tuberculose ou a regressão de algum tipo humano mais primitivo (PUESCHEL, 2012).

É imperioso que essas crenças se façam presentes apenas em nível histórico, uma vez que a síndrome de Down vem sendo estudada há muitos anos e já se comprovou cientificamente que a sua principal causa se refere a um fator cromossômico, como já citado.

Além da compreensão das origens da síndrome de Down, é importante para a família, a escola e a sociedade como um todo buscarem maior entendimento em relação a esses indivíduos para que se evite qualquer tipo de discriminação.

Segundo Canning e Pueschel (2012, p. 106), “[...] o desenvolvimento mental e as habilidades intelectuais dessas crianças abrangem uma larga extensão entre o retardo mental severo e a inteligência próxima a normal”. Como esses indivíduos possuem níveis variados no desenvolvimento cognitivo, é de extrema importância que a criança com síndrome de Down seja estimulada a partir dos seus primeiros anos de vida.

Através desses estímulos, que começam em casa e devem estender-se à escola e à comunidade, esses indivíduos terão uma chance de ampliar suas habilidades motoras e cognitivas. Isso proporcionará às pessoas com síndrome de Down uma vida mais próxima daquilo que é considerado “normal”.

Nesse sentido, Delors et al (2006, p.98) complementam: “quando se trabalha em conjunto sobre projetos motivadores e fora do habitual, as diferenças e até os conflitos interindividuais tendem a reduzir-se, chegando a desaparecer em alguns casos”.

As pessoas com síndrome de Down precisam ser aceitas na comunidade, sendo valorizadas como seres humanos capazes de participar e interagir com outros indivíduos, com ou sem deficiência, em diferentes ambientes.

Cabe destacar, em relação à deficiência, o significado que lhe é atribuído no texto da Convenção da Guatemala (2001), descrito como “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

Há estudos que comprovam que as pessoas com síndrome de Down, apesar de sua restrição mental, possuem competência para realizar variadas tarefas, principalmente aquelas que são baseadas em suas escolhas individuais (EDWARDS, 2012).

Para que se tornem competentes, esses indivíduos passam por um longo processo de aprendizagem durante os anos escolares. Esse ensino deve ser especial em todos os sentidos, contando com os conteúdos trabalhados nas classes regulares, e complementados, de preferência, por um Atendimento Educacional Especial (AEE).

O processo de educar envolve inúmeras qualificações, dentre as quais o domínio de conteúdos e a especialização de competências específicas. Isso requer um nível de formação acima do esperado, além da atualização constante por parte daquele que ensina (WEBER, 1996). Em outras palavras, “[...] quem não se atualiza, fossiliza-se” (WERNECK, 1998, p.60).

Esse processo só será pleno quando for possível criar um ambiente de respeito entre os membros da sala de aula, no sentido em que o professor, agindo como mediador do processo, sistematize os conhecimentos formais com os conhecimentos prévios do aluno (MELLO, 1995).

Nessa perspectiva, é fundamental que se dê importância àquilo que os alunos já vivenciaram antes de entrar na escola. Isso facilita a interação do professor no que diz respeito à convivência e ao planejamento das aulas, fazendo com que a aprendizagem siga seu curso de modo mais natural.

É válido salientar que o desenvolvimento desses indivíduos não é, e nem pode ser, tarefa exclusiva do professor. Os estímulos devem começar na família desde o nascimento e continuar presentes na escola e na comunidade.

A sociedade também é ambiente fundamental para que as crianças com síndrome de Down possam desempenhar suas habilidades. Nesse ambiente, elas devem ser aceitas como cidadãs comuns, sem qualquer tipo de discriminação, preservando-se seus direitos.

A família, a comunidade e a escola precisam trabalhar em conjunto para garantir uma vida normal dentro das limitações já intrínsecas a esses indivíduos. Também precisam lutar contra a discriminação, por mais desafiadora que seja (FREIRE, 2011), e não permitir que o Estado veja o deficiente como um investimento sem retorno, uma vez que muitos deles, devido à própria situação, não são capazes de reivindicar seus direitos (RAIÇA; OLIVEIRA, 1990).

Para caminharem juntas, família, comunidade e escola devem ter consciência de que estão amparadas pelo Estado (ao menos é o que manda a nossa Constituição) e procurar, sempre que houver necessidade, respaldo das leis.

Assegurado pelas leis, pelos incentivos da família e estimulado pelos professores e a escola como um todo, o indivíduo com síndrome de Down terá mais chances de desenvolver suas limitações, estudando, trabalhando e contribuindo para a sociedade como qualquer outro cidadão.

É sabido que são várias as estratégias e teorias para variar, adequar e direcionar àqueles com síndrome de Down, objeto da presente pesquisa.

Antes de adentrar no conceito de Zona Proximal de Vygotsky, será brevemente comentada a atuação do professor diante do aluno especial.

2.1. O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE AO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

A partir de algumas considerações feitas anteriormente, fica evidente a ideia do quão pode ser extraordinária ou desastrosa a atuação de um professor no processo de aprendizagem de um aluno, principalmente daqueles que necessitam de uma atenção diversificada, como os com síndrome de Down.

Esse mesmo professor pode, eventualmente (mas jamais deve), responsabilizar as limitações cognitivas intrínsecas a esses indivíduos como sendo as únicas responsáveis pelas dificuldades surgidas durante o processo de ensino-aprendizagem. Como enfatiza Werneck (1992, p. 61), “[...] transferir problemas é fugir da verdadeira educação [...]”.

Tal atitude pode ser uma tentativa de “justificar” uma prática onde a aprendizagem é vista como um processo de memorização que impede qualquer tipo de manifestação crítica e reflexiva por parte de quem “aprende”.

Nesta mesma visão, de acordo com Freire (1987, p. 34),

Na concepção “bancária” que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição.

Aquele que age desse modo fere os princípios éticos da prática e desrespeita não só o aluno, mas o ser humano, além de colocar o indivíduo na condição de “aluno” no sentido etimológico do termo: “sem luz” (PEREIRA, 2013).

Todos os professores, principalmente aqueles que são responsáveis pela aprendizagem de alunos com síndrome de Down, não podem desorientar-se dos quatro pilares da educação que sustentam sua prática: “aprender a aprender”, “aprender a fazer”, “aprender a ser” e “aprender a conviver” (DELORS et al, 2006).

Esses pilares são processos interligados, assim, um não existe sem o outro. Cabe ao professor de um aluno especial praticar esses processos diariamente, sobretudo o último.

Inserido em um contexto educacional inclusivo, é fundamental que ele aprenda a conviver para estar apto a ensinar a conviver. Uma boa convivência fornece ao ambiente escolar o equilíbrio necessário para que a educação assuma a sua verdadeira essência.

3. ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL: ALTERNATIVA PARA UMA EFICIENTE ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

A área da Educação conta com uma variedade de teorias e estudiosos dispostos a contribuir de maneira positiva para esse universo.

Não se pode negar nem esquecer as ricas contribuições trazidas por alguns teóricos mais antigos, talvez considerados erroneamente como ultrapassados para as práticas educacionais mais atuais.

No entanto, ao estudá-los, fica evidente que suas teorias transcendem épocas e podem ser perfeitamente aplicáveis nas escolas, nas salas de aula e até mesmo na vida, enriquecendo os pilares psicológicos e educacionais do homem.

Um dos nomes de destaque nesse cenário é o do soviético Lev Semenovich Vygotsky. Nascido em 1896, atuou como professor e pesquisador nas áreas da psicologia, pedagogia, filosofia e literatura, além de ter escrito sobre deficiência física e mental (OLIVEIRA, 1997).

Apesar da sua morte precoce aos 37 (trinta e sete) anos, teve tempo suficiente para deixar o seu legado e contribuições valorosas que o fazem e o farão vivo em diversas competências, principalmente na Educação.

Um dos conceitos trabalhados pelo teórico que ajudará a uma melhor compreensão do tema central deste artigo é o da mediação. Vygotsky considera a dimensão social como um fator de muita importância, uma vez que é ela, através dos instrumentos e dos símbolos, a mediadora da relação do sujeito com o mundo. Desse modo, o aprendizado assume um papel fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores do indivíduo (VYGOTSKY, 1984).

Levando em consideração as palavras do teórico, vê-se a importância da prática de uma aprendizagem mediadora para qualquer aluno, mas principalmente para aqueles que têm síndrome de Down, devido às suas limitações cognitivas, como já mencionado anteriormente.

Essa aprendizagem mediadora será baseada e fundamentada no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, que é composto por dois processos.

Um deles, denominado por Vygotsky como “nível de desenvolvimento potencial”, refere-se à fase onde a criança necessita de alguém mais experiente para a realização de determinadas tarefas. Uma criança que ainda não sabe andar de bicicleta, por exemplo, precisará do auxílio de um adulto ou até mesmo de outra criança (capaz de realizar esta tarefa) para desempenhar essa atividade (REGO, 2009).

Quando a criança se sente capaz de desempenhar essa mesma tarefa (no caso do exemplo anterior: andar de bicicleta), sem auxílio e de modo independente, ela alcança o “nível de desenvolvimento real” (VYGOTSKY, 1991).

A Zona de Desenvolvimento Proximal se caracteriza, assim, como a ponte existente entre esses dois níveis de desenvolvimento, o percurso que fará o indivíduo para alcançar a maturação dos processos de aprendizado.

Este conceito tem um rico valor para o campo educacional, justamente porque permite a compreensão da dinâmica interna do desenvolvimento individual (REGO, 2009).

Em outras palavras, a ZDP de Vygotsky reforça sua importância no nível da aprendizagem. Através dela, torna-se possível observar no aluno os processos já amadurecidos, bem como aqueles que ainda estão em curso. Isso possibilita ao educador ajustar suas estratégias pedagógicas sempre que necessário.

Para os aprendizes com síndrome de Down, este conceito se faz ainda mais importante, visto que, em diversas situações, eles precisarão de alguém para ajudá-los a desenvolver suas habilidades motoras e cognitivas, muitas vezes comprometidas por sua própria condição biológica. Daí a importância de estarem inseridos em grupos heterogêneos.

Esse auxílio deve ser constante e oferecido pelos pais ou responsáveis no âmbito familiar e na escola pelos professores e envolvidos no processo de aprendizagem desse aluno especial.

O papel da escola será essencial para a construção desses indivíduos como seres atuantes na sociedade. Mas, de acordo com Oliveira (1997), tal papel só será realizado plenamente quando a escola for capaz de conhecer o nível de desenvolvimento dos seus alunos. Assim, o ensino será direcionado não para aquilo que já foi apreendido, mas para aquilo que ainda não foi incorporado.

O estudo do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal reforça o fato de que o professor *precisa* conhecer seus alunos individualmente para ser capaz de mudar e melhor direcionar sua prática, a fim de garantir êxito no processo não só por parte de quem ensina, mas principalmente por parte de quem aprende.

Uma vez assimilado, esse conceito permite que o professor seja capaz de identificar o momento em que deve fazer-se ainda mais presente, quando o aluno estiver em seu nível de desenvolvimento potencial, e o momento em que deverá fazer-se menos presente – quando o aluno atingir autonomia, alcançando seu nível de desenvolvimento real. Esse é o papel de um agente mediador, dotado de mais experiência (REGO, 2009).

Um instrumento interessante e aparentemente simples que deve ser usado pelo professor é um caderno de registros que permitirá notificar os progressos feitos pelos seus alunos. Além de viabilizar eventuais modificações no ensino, quando necessário, esses registros servem como ponto de apoio para o diálogo entre o educador e o responsável do aluno (OLIVEIRA; RAIÇA, 1990).

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após discorrer a respeito da ZDP, fica evidente que esse conceito é perfeitamente aplicável dentro do contexto educacional inclusivo, onde devem estar inseridos alunos com deficiência, como aqueles com síndrome de Down.

Encarada a síndrome de Down como condição e não mais como doença, percebe-se que, apesar dos diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo, as pessoas com essa síndrome são capazes de aprender quando se respeita o seu ritmo individual e quando são constantemente estimuladas.

Essa aprendizagem se desenvolve com o auxílio de um agente mediador (o professor) e pode tornar-se ainda mais significativa quando permeada pelo conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal.

A importância da aplicação desse conceito na escola por parte do professor reflete em aquisições mais sólidas no processo de aprendizagem do aluno com síndrome de Down e em uma atuação mais inclusiva na sociedade.

■ NOTA

1 Com o objetivo de simplificar a leitura, adotaremos a sigla “ZDP” para nos referir ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal.

■ REFERÊNCIAS

CANNING, Claire D.; PUESCHEL, Siegfried M. Expectativas de desenvolvimento: visão panorâmica. In: PUESCHEL, Siegfried M. (Org.). **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. 14. ed. Tradução de Lúcia Helena Reily. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 105-114.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CENDOROGLIO NETO, Miguel. A Síndrome de Down e o envelhecimento: inclusão social e cuidados com a saúde garantem longevidade para a população com essa alteração genética. **Veja**. São Paulo, ano 46, v. 12, p.43. 20 mar. 2013.

DELORS, Jacques et al. Os quatro pilares da educação. In: _____. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006. p. 89-101.

EDWARDS, Jean P. Adolescência e vida adulta. In: PUESCHEL, Siegfried M. (Org.). **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. 14. ed. Tradução de Lúcia Helena Reily. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 263-278.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. 2. reimp. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 15-35.

MELLO, Roseli Rodrigues de. Um diálogo sobre a relação dialógica em sala de aula. In: FRANCHI, Eglê Pontes (Org.). **A causa dos professores**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. p. 131-152.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Tradução de Windyza Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Maria Teresa Baptista de; RAIÇA, Darcy. **A educação especial do deficiente mental**. São Paulo: EPU, 1990.

PEREIRA, Lilian Lima. **Reprovação escolar**: uma questão, muitas facetas. Disponível em: <<http://www.direcionaleducador.com.br/edicao-80-set/11/reprovacao-escolar-uma-questao-muitas-facetas>>. Acesso em: 10 maio 2013.

PUESCHEL, Siegfried M. Causas da síndrome de Down. In: _____. (Org.). **Síndrome de Down**: guia para pais e educadores. 14. ed. Tradução de Lúcia Helena Reily. Campinas, SP: Papyrus, 2012. p. 53-64.

REIS, Julliana. Ações inclusivas na educação. **Mundo da inclusão**, n. 33, p. 6-9, abr. 2013.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEBER, Silke. **O professorado e o papel da educação na sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

WERNECK, Hamilton. **Se a boa escola é a que reprova, o bom hospital é o que mata**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.